



Trabalho Social com Famílias

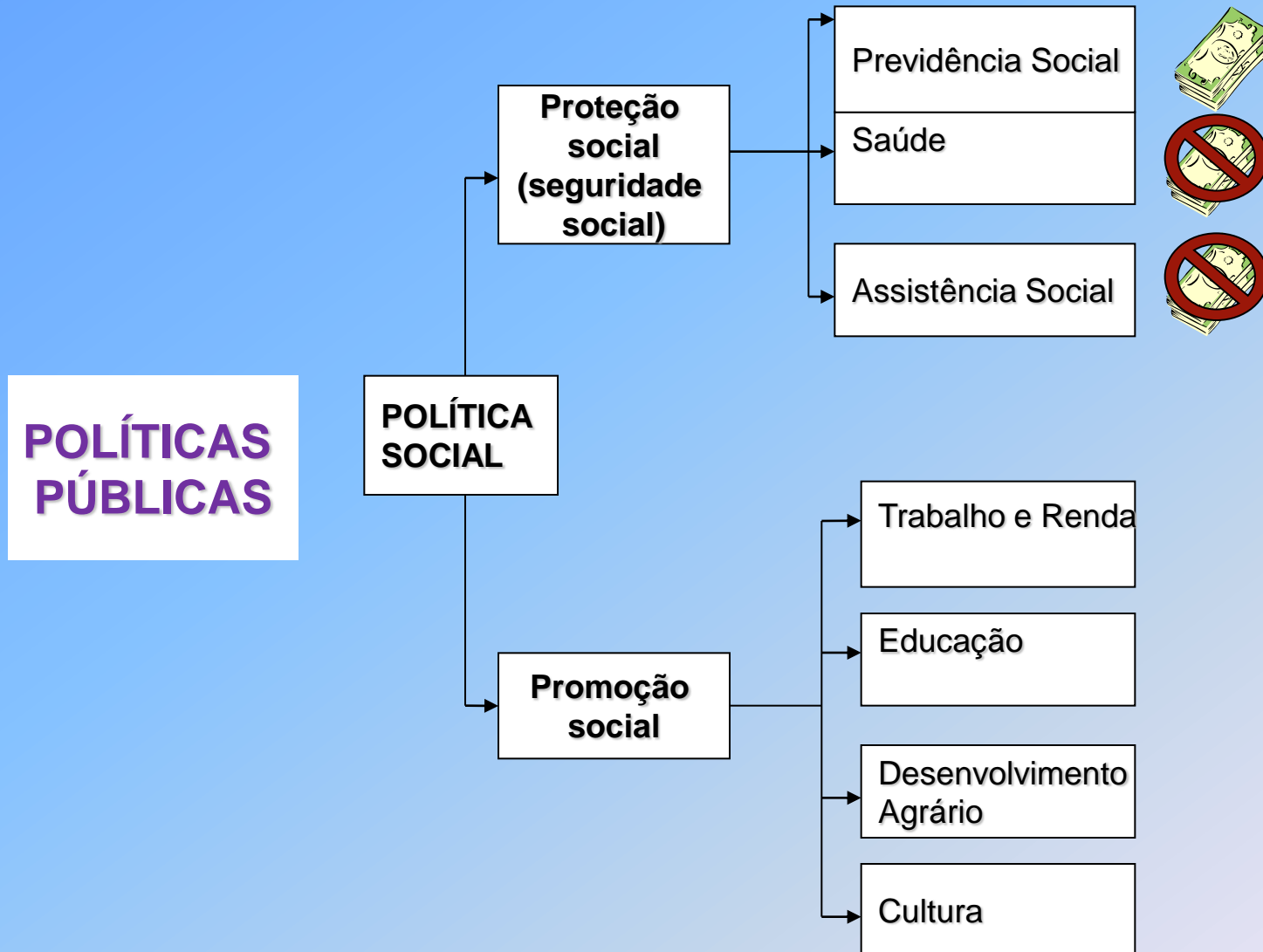
Departamento de Proteção Social
Básica

Secretaria Nacional de Assistência
Social – SNAS

Coordenação Geral de Serviços Socioassistenciais a Famílias

Brasília, 15 setembro de 2014

Modelo de Proteção Social Brasileiro



Sistema Único de Assistência Social

- Precedência da gestão pública da política;
- Alcance dos direitos socioassistenciais pelos usuários;
- **Matricialidade sociofamiliar;**
- Descentralização político-administrativa;
- **Territorialização;**
- Articulação intersetorial;
- Financiamento partilhado entre os entes federados;
- Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;
- Participação e controle social;
- Qualificação de recursos humanos;
- Informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados.

**Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 -
Altera a Lei nº 8.742, de 7 de
dezembro de 1993.**

- Compõe um conjunto articulado e integrado, entre: serviços, programas, projetos e benefícios;
- Pacto federativo;
- Rede pública e privada;
- É um sistema nacionalizado, com mesma organização em todo o país.

SUAS: NÍVEIS DE PROTEÇÃO


PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do **fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.**

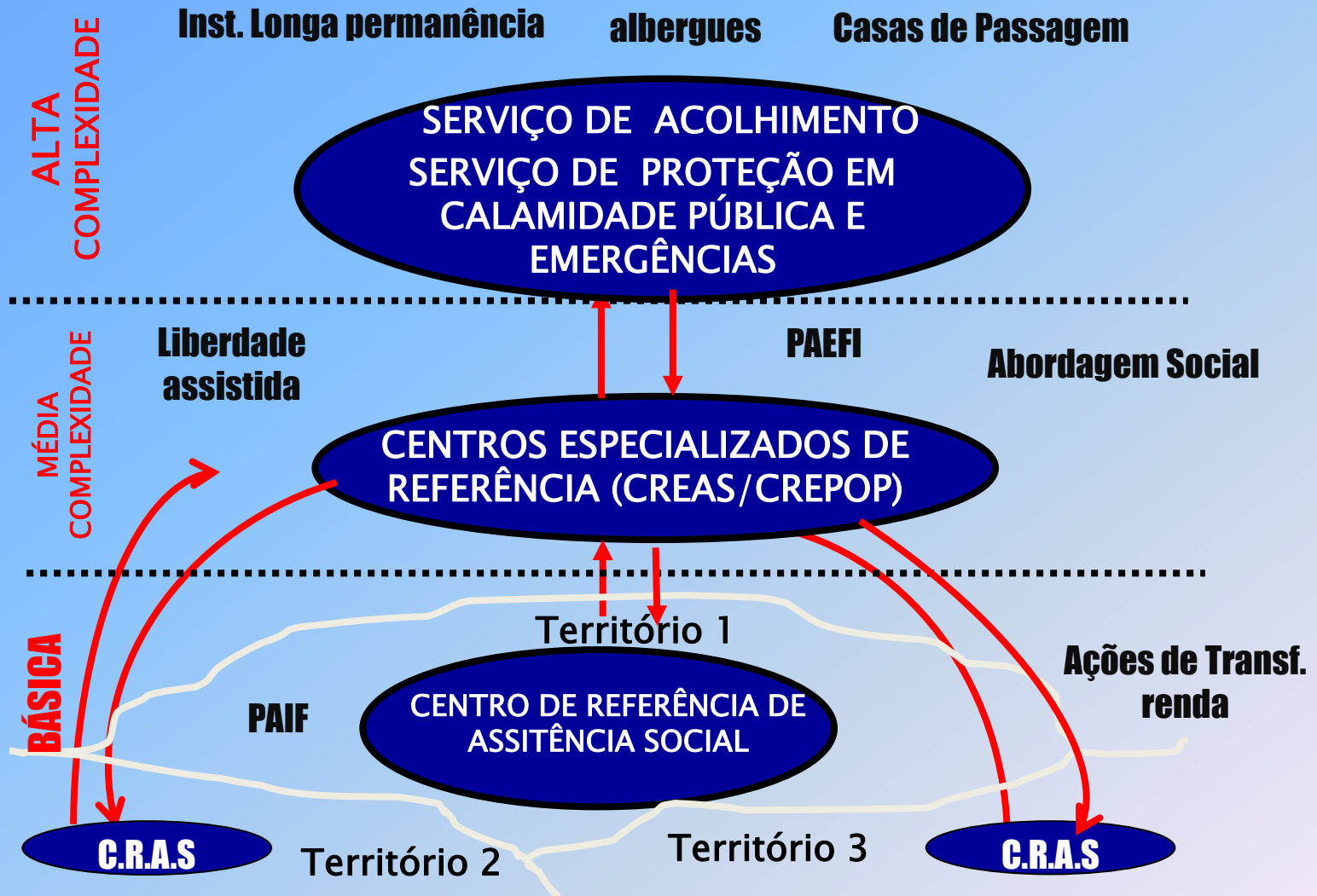
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Destina-se a proteger as famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e, ou, que já tenha ocorrido **rompimento dos laços familiares e comunitários.**

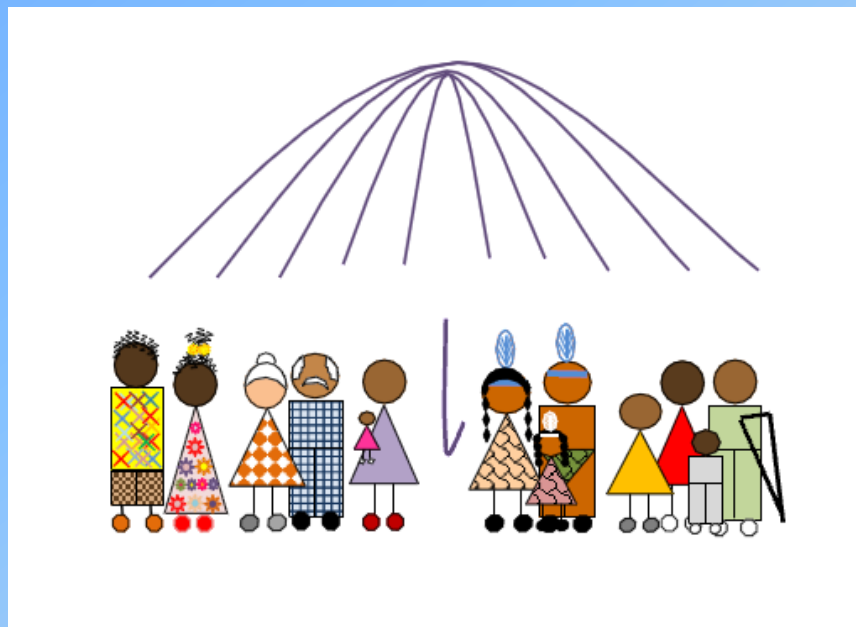
Serviços, Programas,
Projetos e Benefícios



Rede de Proteção Social



Proteção Social Básica



A proteção social básica possui uma **dimensão inovadora**, pois supera a histórica atenção voltada a situações críticas, que exigiam ações indenizatórias de perdas já instaladas, mais do que asseguradoras de patamares de dignidade e de desenvolvimento integral.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Previne situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



Dirige-se à pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e vivenciam situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Serviços Tipificados:

- Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Unidades de Implementação dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica:

- Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Centro de Convivência;
- Instituições não governamentais.

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Informações Básicas

- O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social nos territórios.
- Caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social;
- No CRAS pode ser ofertados outros serviços, programas, benefícios e projetos conforme disponibilidade de espaço físico e de profissionais qualificados para implementá-los, e desde que não prejudiquem a execução do PAIF e nem ocupem os espaços a ele destinados.



| Situações mais frequentemente identificadas no território do CRAS – Censo SUAS 2013 | Percentual de UNIDADES que identificou a situação |
|---|---|
| | BRASIL |
| Famílias em descumprimento de condicionalidades – transferência de renda | 62,40% |
| Negligência - Crianças/adolescentes | 63,70% |
| Negligência - Pessoas idosas | 53,50% |
| Jovens em situação de vulnerabilidade e risco social | 46,20% |
| Famílias em situação de insegurança alimentar | 45,90% |
| Crianças e adolescentes fora da escola | 39,70% |
| Indivíduos sem documentação civil | 39,20% |
| Usuários de crack e ou outras drogas | 38,70% |
| | |

| | Famílias Brasileiras (CENSO 2010) | Famílias Beneficiárias de Transferência de Renda (Cadastro Único) – Alves e Cavenaghi, 2013 |
|--------------------------------------|---|--|
| Total de Pessoas | 190.75 milhões de pessoas | 49,63 milhões de pessoas, 26% da população brasileira |
| Distribuição por região | 42% no Sudeste 28% na Região Nordeste 14 % na Região Sul 8,5% na Região Norte 7,5% na Região Centro | 50,4% no Nordeste 25,3% no Sudeste 11,4% no Norte 7,5% no Sul 5,4% no Centro Oeste |
| SEXO | 51% são mulheres 49% são homens | 55,5% são do sexo feminino 44,5% do sexo masculino |
| COR | 43,13%, pardos, 47,73 brancos% e 7,6% negros | 66,7 % pardos, 24,8% brancos e 7% preta |
| Distribuição por Faixa Etária | 42,1% até 24 anos; 50,3% de 25 a 64 anos; 7,6% acima de 65 anos. | 60,6% até 24 anos; 38,5% de 25 a 64 anos; e 0,8% acima de 65 anos. |
| Domicílios Urbanos | 85% | 75,3% |
| Total de Famílias | 65,9 milhões | 13,87 milhões |
| Energia elétrica | 98% | 89,9% |

| | Famílias Brasileiras (IBGE/PNAD 2012) | Famílias Beneficiárias de Transferência de Renda (Cadastro Único)- Alves e Cavenaghi, 2013 |
|---|---|---|
| Média de pessoas por domicílio | 3,1 pessoas | 3,6 pessoas |
| Taxa de fecundidade total (TFT) | 1,8 - nível abaixo da taxa de reposição (2,1) | até ¼ de SM: 3,3* (CENSO/2010) |
| Famílias unipessoal | 13,2% | 4,8% |
| Casais sem filhos | 19% | 2,9% |
| Casal com filhos | 45% | 37,6% |
| Famílias monoparentais chefiadas pela mulher | 16,2% | 42,2% |
| Saneamento básico | 70,3% | Até ½ SM: 51,7% (PNAD 2012) |

A tendência de queda na taxa de natalidade é generalizada no Brasil. Todavia a redução da TFT nas últimas décadas foi mais fortemente impactada pela queda entre as mulheres de baixa renda.

Famílias

FAMÍLIA: instituição social não natural, não harmônica. É mutável!
Dinâmica: está em constante processo de transformação. Se constrói a partir de critérios e contextos históricos, sociais, econômicos e culturais específicos. Não pode ser vista a partir de padrão único de referência; é uma teia de relações (e não apenas espaço de abrigo).

As famílias são marcadas pelas mudanças ocorridas nas sociedades humanas, no que diz respeito à tecnologia, à divisão social do trabalho, ao reordenamento dos papéis sociais (gênero, geração, etc).

Instituição que se transforma – se altera no tempo

Nas definições clássicas de família, o critério de consangüinidade aparece com nitidez

Na modernidade, o de afetividade e solidariedade se sobressaem. **PNAS**

Assistência Social: Conceito de família

É preciso não idealizar/romantizar a família – ela é lócus de proteção, mas também de desigualdade e violência. **Supervalorizar a família pode oprimir/invisibilizar seus membros**

A família deve ser entendida como a que é vivida no concreto, com suas diferenças internas, de gerações e de gênero, e no seu contexto, em termos de suas relações com as condições sociais, culturais, econômicas e políticas.

O conceito mais adequado é aquele que contempla toda a diversidade de relações presentes na sociedade, pois a família não é uma totalidade homogênea, é uma instituição complexa produzida na diversidade das relações e construída dentro da multiplicidade de contextos, num processo dialético (Sarti, 2003).

Aspectos a serem considerados no Trabalho Social com Famílias

- ❑ Contexto social mais amplo: histórico, econômico, cultural, ambiental.
- ❑ Território onde vivem as famílias: carregado de potencialidades, recursos, vulnerabilidades, riscos, história e dinâmica.
- ❑ Pertencimento a grupos populacionais específicos.
- ❑ Nível de acesso às políticas públicas, direitos e condições dignas de sobrevivência e cidadania.
- ❑ Identificação das potencialidades e dos recursos que as famílias possam acessar para apoiá-las na superação das vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais.

Alguns princípios que devem nortear o Trabalho Social com Famílias

- Ética, respeito à dignidade, diversidade (arranjos familiares, gênero, etnia, orientação sexual) e não-discriminação ;
- Liberdade e autonomia das famílias;
- Horizontalidade nas relações entre profissionais e usuários;
- Equidade na oferta;
- Integralidade na atenção e intersetorialidade nas prestações;
- Superação de abordagens e posturas funcionalistas e conservadoras, fundamentadas na tutela, subalternidade, moralização e ajustamento a modelos pré-estabelecidos.

Premissas do Trabalho Social com Famílias

- ❑ Deve partir da compreensão contextualizada das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social vivenciadas pelas famílias, de suas demandas e potencialidades.
- ❑ Precisa ser conduzido por profissionais capacitados e necessariamente definido com a participação das famílias.
- ❑ Exige a construção de vínculos e compromissos entre as famílias e os profissionais.
- ❑ Requer que sejam refutadas as práticas baseadas no senso comum, que reproduzem idéias carregadas de preconceitos e culpabilizam as famílias por sua situação social, de forma a manter o *status quo*, e impossibilitar os movimentos de transformação da realidade.

QUEM IMPLEMENTA o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias - PAIF?

As equipes de referência do CRAS são as responsáveis pela oferta do PAIF.

As equipes de referência são formadas por equipe interdisciplinar (assistente sociais, psicólogos, pedagogos, advogados, entre outros)

O enfoque interdisciplinar é adotado como processo de trabalho no âmbito do SUAS, a partir da compreensão de que o principal objeto de ação da política de assistência social - **as vulnerabilidades sociais** - não são fenômenos homogêneos e simples, mas complexos e multifacetados, que exigem respostas diversificadas alcançadas por meio de uma coesão ideológica e ética dos profissionais envolvidos, de ações integralizadas e contextualizadas e não somente por meio do mero envolvimento de técnicos de diferentes formações.

Composição da Equipe de Referência do CRAS

| Porte dos municípios | Pequeno Porte I | Pequeno Porte II | Porte Médio | Grande Porte | Metrópole |
|------------------------|---|--|---|--------------|-----------|
| Famílias referenciadas | 2.500 famílias referenciadas | 3.500 famílias referenciadas | 5.000 famílias referenciadas | | |
| Equipe de referência | 2 técnicos de nível médio e 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo | 3 técnicos de nível médio e 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo. | 4 técnicos de nível médio e 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS. (Resolução CNAS ° 17/2011, reconhece as categorias de nível superior do SUAS). | | |
| | As equipes de referência do CRAS devem contar sempre com um coordenador com nível superior | | | | |

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF

O PAIF tem como finalidade prevenir a ruptura de vínculos familiares, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O serviço é baseado:

No respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias

E fundamenta-se :

No fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares.

Na importância do apoio do Estado no sentido de ampliar a capacidade protetiva das famílias.

As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico, compreendido como psicoterapia.

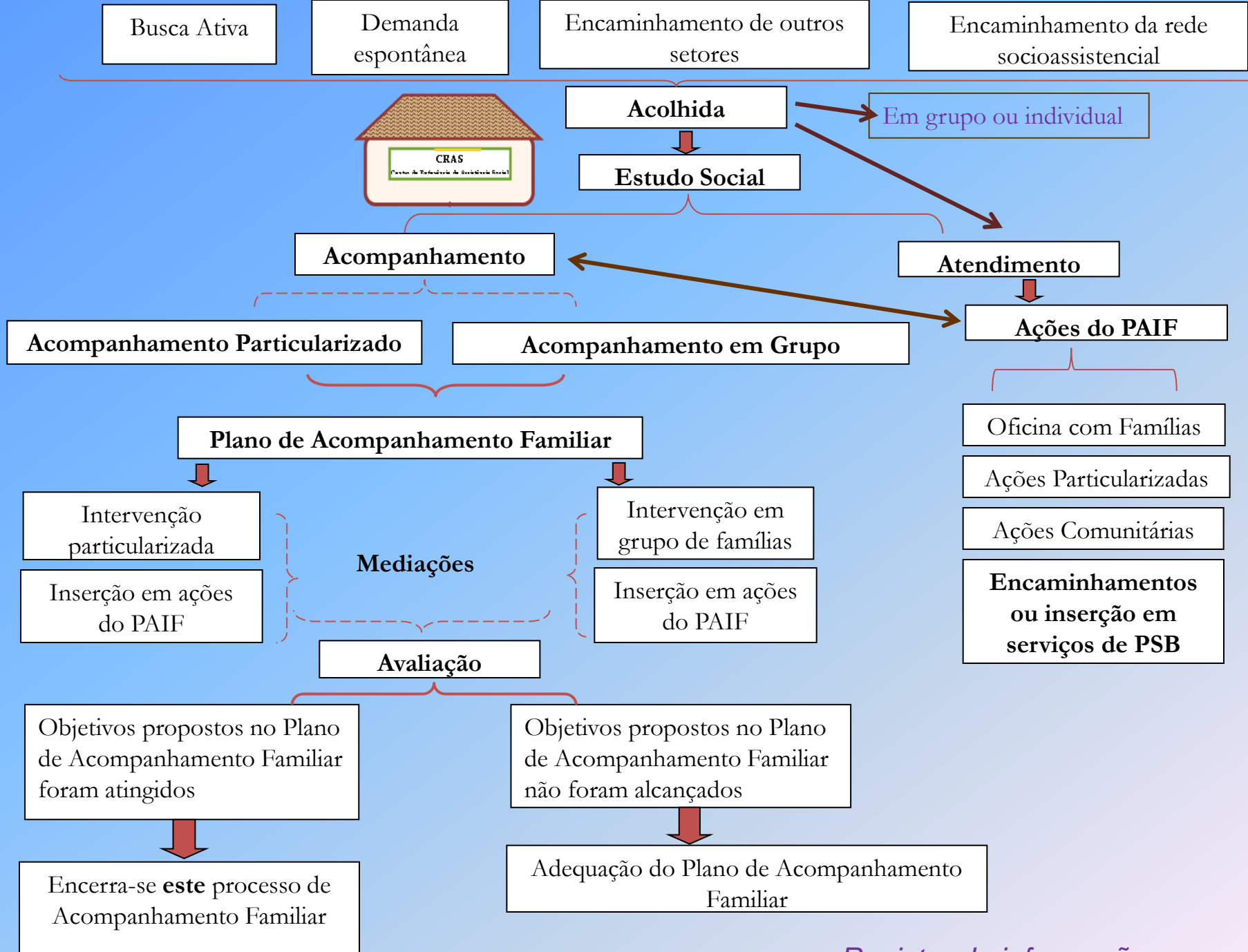
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

São ações do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF:

- Acolhida
- Oficina com Famílias
- Ação Comunitária
- Ação Particularizada
- Encaminhamentos

Organizados em ações de caráter individual e coletivo, as ações do PAIF configuram o seguinte quadro:

| Ações do PAIF | |
|----------------------|-----------------------|
| Indivíduos | Coletivas |
| Acolhida | |
| Ação particularizada | Oficinas com Famílias |
| Encaminhamento | Ação comunitária |

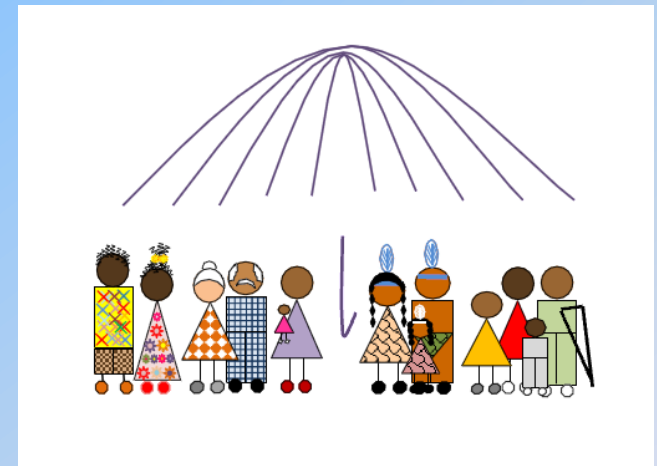


Registro de informações

Acompanhamento Familiar

Pautado em:

- **Concepção de famílias**
- Conhecimento do território
- Clareza de objetivos da Proteção Básica e das finalidades do PAIF
- Diretrizes técnico-metodológicas e **responsabilidade do Estado em prover ampliação da capacidade protetiva das famílias**
- Participação das famílias
- **Conteúdo do trabalho social (proteção social)**
- Escolha da(s) metodologia(s) mais adequada(s) de acompanhamento familiar

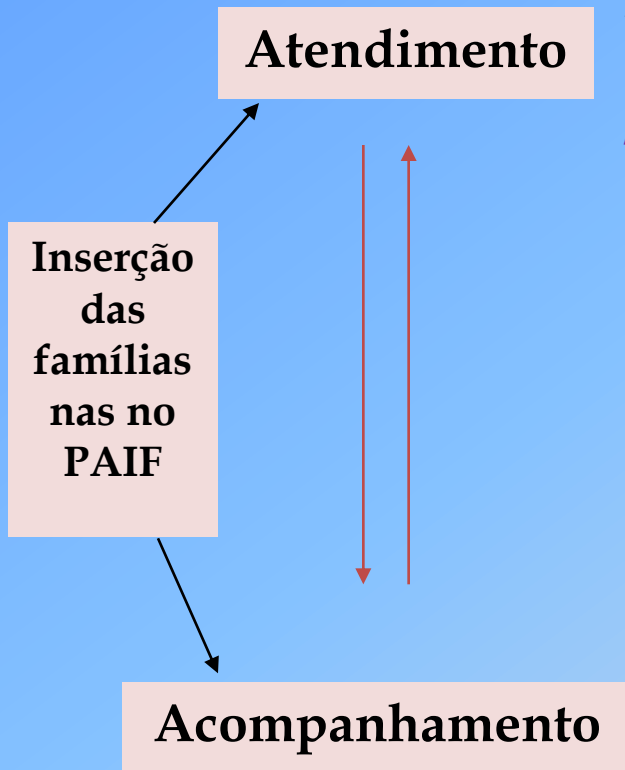


A força do desenho da metodologia está nos princípios, nas diretrizes, e nas estratégias maiores que garantem a direção política da ação. As metodologias são construtos pensados a partir de intencionalidades, conhecimento e da experiência”.

(Carvalho, 2008)

Atendimento e Acompanhamento às Famílias no PAIF

Ação imediata de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada de uma demanda da família ou do território. Significa a inserção da família em alguma das ações do PAIF: *acolhida, ação particularizada, ação comunitária, oficina com famílias e encaminhamento.*



Inserção da família em um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõe a construção de um **Plano de Acompanhamento Familiar** - com objetivos a serem alcançados, a realização de **mediações periódicas**, a inserção em **ações do PAIF**, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas.

- a) **Particularizado**, se destinado a somente uma família;
- b) **Grupo**, se dirigido a um grupo de famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade ou têm necessidades similares.

Acompanhamento Familiar no PAIF - Abordagem Metodológica

Os fundamentos para a abordagem e os procedimentos metodológicos imprimem características ao processo de atendimento e acompanhamento familiar. **Isso significa que o coordenador do CRAS e as equipes técnicas devem fazer uma leitura crítica das vulnerabilidades e potencialidades das famílias e do território, de modo a adotar a abordagem e procedimentos metodológicos que sejam mais efetivos para o alcance dos objetivos do PAIF, para aquele contexto socioterritorial.**

A adoção de quaisquer abordagens metodológicas exige: **tratamento interdisciplinar, pesquisa e um constante repensar dos profissionais sobre sua prática** (suporte teórico e tempo para estudar e aprimorar a prática)

Propostas de abordagens metodológicas para o trabalho social com famílias no PAIF: **a) Pedagogia Problematizadora, de Paulo Freire e b) Pesquisa-Ação.**

A escolha de tais abordagens deve-se à sua adaptação ao desenvolvimento do trabalho social, bem como por conter elementos que coadunam com os objetivos do PAIF.

Pedagogia Problematizadora:

A adoção da perspectiva da Pedagogia Problematizadora para o desenvolvimento do trabalho social com famílias exige dos técnicos um constante movimento de reflexão e crítica sobre a forma e o conteúdo do trabalho. Ademais, exige o exercício, nem sempre fácil, de reconhecimento das famílias usuárias do PAIF como portadoras de saberes anteriormente adquiridos e como protagonistas de sua própria história.

Pesquisa-ação:

A Pesquisa-ação, consiste em um método de coleta de informações e de geração de conhecimento que pressupõe o desenvolvimento de uma ação, com a finalidade de intervenção e modificação do que está sendo pesquisado. Nessa direção, pode ser entendida também como uma metodologia de intervenção social com vista à mudança social. Ela é eficaz se o foco almejado é a transformação social, pois é uma abordagem metodológica que permite compreender a complexidade da realidade social, por meio do saber empírico e da participação.

**Prevenção e
Proteção
Proativa**



**Atenção
Especializada**

**PAIF e PAEF tem funções distintas,
mas devem dialogar e interagir
na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e
superação dos ciclos de violações de direitos**

**Essa compreensão pelos gestores e operadores da Política de Assistência
Social é necessária para a construção de uma ação articulada que considera a
integralidade das demandas das famílias e as expressões da questão social nos
territórios**



Vigilância Socioassistencial

Concepção de Território

É preciso ir além da paisagem: o que vemos em um primeiro olhar (Prof Carlos). Não basta afirmar: é um lugar com incidência de pobreza, violência ... *A indicação numérica de famílias referenciadas não é suficiente para estabelecer padrão de proteção social das famílias.*

É necessário compreender o que quer dizer a paisagem: o que a determina? O que está por trás? Quais dados devem ser estudados para a desvelar? Que relações sociais se fazem presentes? Com quem as pessoas contam? Quais demandas das famílias e quais serviços estão disponíveis? Incidências de situações de risco mais frequentes.

Compreender o TERRITÓRIO nas suas múltiplas faces e sentidos para as famílias

O território é o **espaço relacional**, vivido e construído cotidianamente, da diversidade de interesses, disputas, conflitos, contradições, mas também de oportunidades, inovação, solidariedade, criatividade, valores dos indivíduos e grupos, cultura, presença e acesso a políticas públicas, condições de proteção social ofertadas, participação, capacidades, habilidades, forças de resistência, trajetórias, redes e parcerias, **portanto, o diagnóstico territorial também deve levar em conta a análise de aspectos simbólicos que influenciarão o trabalho com as famílias.**

Trabalho Social com Famílias e o Território

- O trabalho social com famílias parte do conhecimento individual e coletivo das condições em que vivem, se relacionam, os recursos instalados que dispõem famílias de uma dado território.
- Pensar o território e as responsabilidades protetivas e preventivas – conhecer o território em relação às responsabilidades da Política de Assistência Social.
- Superar a organização do serviço a partir a demanda espontânea das famílias, ampliar o conhecimento da vulnerabilidade social vinculado às responsabilidades de proteção dessa política.
- Território traz em si características ancoradas em relações objetivas e subjetivas;

Brasil

O MDS cofinancia:

- 7.506 CRAS, em 5.543 Municípios
- 1246 Equipes Volantes e 1.075municípios.

Lanchas da Assistência Social

- ✓ Para potencializar o trabalho das equipes volantes, o MDS está doando Lanchas e cofinanciando sua manutenção (R\$ 7.000,00)
- ✓ Foram fabricadas 123 lanchas – Tipo 1 – águas abrigadas e serão produzidas 15 do Tipo 2 – águas desabrigadas.

“... Tal prática (trabalho com famílias) requer considerar algumas dimensões estratégicas: olhar o sofrimento da família e não a família como incapaz; potencializar as pessoas para combater o que causa o sofrimento e não ajudar as pessoas a se sentirem um pouco melhor na pobreza; discutir ética e política, ou seja, considerar o que torna os sujeitos como livres ou como escravos e fortalecer a democracia, o que exige o desenvolvimento de potências de cada um; perguntar pela afetividade que une a família gerada, ao invés de analisar a influência da estrutura familiar e, por fim, combater desqualificações das famílias e dos seus membros”.

(Aldaíza Sposati)



Obrigada!

Maria Helena de Souza Tavares

maria.stavares@mds.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social
Departamento de Proteção Social Básica